

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES: A MORFOLOGIA DO CASAL ENTRE OS TEXTOS E AS MATERIALIDADES

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES*

INTRODUÇÃO

Os encontros científicos que recentemente procuraram assinalar o nono centenário do nascimento de D. Afonso Henriques podem dividir-se *grosso modo* em dois tipos: aqueles em que a figura do “primeiro rei” foi quase onnipresente, com a discussão de um ou mais aspectos da sua biografia a ocupar o essencial do debate, e aqueles em que uma preocupação assumida com os enquadramentos gerais do tempo e da acção do monarca levou a que a figura de Afonso Henriques estivesse presente em pouco mais do que o título dado ao encontro¹. Do congresso que agora tem lugar, terceiro na linha dos grandes encontros académicos, não é de esperar que, à maneira dialéctica, a *síntese* culmine a exposição de uma *tese* e da sua *antítese*. A serena escolha das “materialidades” como tópico de reflexão, e de aproximação a uma realidade que foi quase sempre lida pela historiografia

* Bolseiro de pós-doutoramento da FCT, Instituto de Estudos Medievais - Universidade Nova de Lisboa.

¹ Durante o ano de 2009, realizaram-se dois grandes encontros científicos: o primeiro, com evidentes propósitos comemorativos, foi celebrado em Viseu, sob o patrocínio da Câmara Municipal local, e contou com a coordenação científica de João Silva de Sousa (Congresso Internacional *Afonso Henriques. 900 anos depois* – 16-19 de Setembro, 2009); o segundo, mais interessado em perspectivar a formação da monarquia portuguesa no contexto europeu, foi organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e coordenado por Maria João Branco, Hermenegildo Fernandes e Covadonga Valdaliso (Colóquio Internacional *Afonso Henriques: em torno da criação e consolidação das monarquias do Ocidente Europeu (séculos XII-XIII). Identidades e Liminaridades* – 14-16 de Dezembro, 2009). Estes encontros são bons exemplos, respectivamente, dos dois tipos de reuniões científicas referidos no texto.

em chave político-militar, indicia desde logo o contrário. Também aqui a figura de Afonso Henriques terá possivelmente um protagonismo diminuto, quando muito de figurante chegado à boca de cena desse imenso palco que é cultura material de uma época, e sobre quem as luzes só por isso incidirão um pouco mais.

No entanto, e este é o ponto essencial que me interessa por agora ressaltar, as materialidades são um palco e não um mero pano de fundo da acção. Quero com isto dizer que potenciam a existência mesma das personagens em cena; e não se limitam a enquadrar ou adornar essa existência. Mais do que nunca, estamos hoje em condições de perceber as muitas transferências biunívocas que se estabeleceram em todos os tempos, e mais ainda numa conjuntura de manifesto dinamismo como foi aquela em que viveu D. Afonso Henriques, entre a realidade material e a acção colectiva e individual.

Mas se esta relação se pode estabelecer com facilidade quando falamos, por exemplo, da difusão no território português desta ou daquela peça de armamento que teria potenciado a acção militar de Afonso Henriques e das mesnadas ao seu serviço², já se torna mais difícil justificar a pertinência de uma reflexão específica, no âmbito deste encontro, sobre a paisagem rural e, ainda mais, sobre uma unidade particular de organização do espaço e do povoamento rurais, como é o casal. Se adoptarmos, no entanto, uma definição elementar de “cultura material”, entendida como o resultado da produção manual do homem orientada, em primeiro lugar, para a satisfação das suas necessidades básicas (habitação, alimentação, vestuário, etc.)³, facilmente concluiremos que também a paisagem humanizada (a “paisagem cultural”, na expressão de Orlando Ribeiro⁴) pode ser considerada como fazendo parte da cultura material de uma determinada sociedade, ao lado de outros objectos que tradicionalmente cabem melhor na categoria de objecto de estudo arqueológico (a cerâmica, as construções civis ou militares, o espólio funerário, etc.). O desenvolvimento da arqueologia espacial veio reclamar definitivamente para a paisagem o estatuto de objecto arqueológico. Em Espanha, já em 1988 Miquel Barceló o reclamava, num texto-programa que procurava sistematizar um amplo conjunto de pistas de trabalho e de possibilidades abertas pela arqueologia extensiva para o estudo da sociedade feudal⁵. Mas em Portugal, onde esta disciplina dá ainda os

² Sobre o conjunto de alterações verificadas na sequência do “triunfo da cavalaria pesada” na Península Ibérica, a partir de meados do século XI, tanto ao nível do armamento ofensivo como defensivo (cuja evolução foi sempre solidária), veja-se BARROCA, 2003.

³ É esta a definição que propõe Ricardo IZQUIERDO BENITO, 2008: 9.

⁴ RIBEIRO, 1986: 12.

⁵ BARCELÓ, 1988 (o autor parte de uma concepção marxista de “feudalismo”).

primeiros passos no que à Idade Média diz respeito, esta reivindicação continua a fazer sentido⁶.

Ora, à semelhança de qualquer outro artefacto, cujas técnicas de produção reflectem as necessidades e condições socioeconómicas e simbólicas do grupo humano que as forja⁷, também a paisagem e os modos da sua organização reflectem, por um lado, as necessidades de subsistência e o nível de desenvolvimento dos sistemas produtivos com que se lhes procura responder⁸ e, por outro, a estrutura social de poder que caracteriza o grupo humano que se apropria e organiza um determinado território⁹. E isto na dupla dimensão, do *habitat* e do espaço produtivo, que caracteriza qualquer paisagem, e em particular a paisagem rural¹⁰, e que lhe permite responder, desde logo, a duas necessidades muito básicas que suscitam a produção de cultura material: a habitação e a alimentação. A que poderíamos acrescentar uma terceira (a da defesa contra ameaças externas à comunidade) que, estando de alguma forma contida na morfologia adoptada pelos núcleos de *habitat*, não deixa

⁶ Apesar de tudo, é já possível citar aqui trabalhos como os de TEIXEIRA, 1996; VIEIRA, 2004; LOURENÇO, 2007; e TENTE, 2007. Para uma lista (pouco) mais extensa de projectos de investigação arqueológica sobre a paisagem e o povoamento do Norte cristão, alguns dos quais estão ainda por publicar, veja-se FERNANDES, 2005: 153-154.

⁷ IZQUIERDO BENITO, 2008: 21-22.

⁸ Como notaram LARREA, 1998: 39 e Ernesto Pastor, em artigo ainda inédito sumariado por FUENTES DOMÍNGUEZ & LÓPEZ QUIROGA, 1999: 227. Aliás, as relações entre o ambiente e a civilização estabelecem-se, na base, por via da subsistência, o que levou o geógrafo P. Vidal de La Blache a forjar o conceito de “modos de vida”. Sobre este conceito, que O. Ribeiro define como «maneira como certo grupo organizou a sua forma principal de actividade e de subsistência», ditada pelas condições que lhe impõe o ambiente, sobre as quais procura simultaneamente agir, veja-se RIBEIRO, 1986: 108 e ss. (a definição citada está na p. 109).

⁹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998: 334. «Al fin y al cabo, entiendo la organización social de un espacio como la proyección de la estructura de poder de una sociedad en el ámbito (imaginario, simbólico, físico) en que se halla instalada y que, con su acción, contribuye a definir, jerarquizar y valorar» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004: 8). O mesmo pressuposto da importância do espaço como fonte para o estudo da estrutura social de poder que nele se plasma está presente na obra de outros autores espanhóis; veja-se, por todos, o artigo de revisão de BARRIOS GARCÍA & MARTÍN VISO, 2000-2001: 59.

¹⁰ BARCELÓ, 1988: 196-197 e *passim*. A distribuição destas duas componentes assume formas muito diferenciadas, consoante se trate de paisagens rurais ou urbanas. No caso da paisagem rural, os espaços produtivos (agrário, silvícola e ganadeiro) são uma componente omnipresente, condição quase imprescindível para a sua classificação como “rural”, independentemente da configuração e densidade que os espaços habitacionais assumam, podendo estes ser mesmo inexistentes em amplos sectores dessa paisagem. Pelo contrário, as paisagens urbanas, definidas pela aglomeração do *habitat*, caracterizam-se pela prevalência da componente residencial. E, sendo perfeitamente natural encontrar, ainda hoje, apontamentos de espaços agrários (hortas, jardins...) em contexto urbano, a verdade é que o essencial dos espaços produtivos que caracterizam a paisagem urbana são espaços construídos (arquitectónicos, melhor dizendo), destinados à produção “industrial” e à actividade comercial.

de condicionar *per se* essa morfologia, sujeitando-a às características “favoráveis” do terreno, como sejam as localizações em altura¹¹.

No entanto, as materialidades não são um mero reflexo de uma determinada sociedade. Pelo contrário, têm também a capacidade de intervir sobre as estruturas e as identidades sociais. Não é novidade nenhuma esta consciência da relação dialéctica que se estabelece entre o homem (uma sociedade) e o mundo natural (as materialidades), desde logo no plano epistemológico, mas também no da acção¹². Contudo, nas últimas décadas, tanto a reflexão historiográfica como a arqueologia e a geografia histórica têm insistido na necessidade de compreender os mecanismos que regem aquela relação dialéctica, nomeadamente no que respeita às dinâmicas espaciais e ecológicas¹³.

¹¹ O essencial da relação entre a “terra” e os “homens” é definido por MATTOSO *et al.*, 2010: 15, nos seguintes termos: «A *terra* é, obviamente, o ponto de partida para as nossas considerações. (...) Mas, logo a seguir, os homens. Antes de mais na sua relação com *essa* terra – como a fizeram dar os seus frutos, como se apropriaram dela, como se movimentaram sobre ela, como se agruparam em função do que ela lhes podia dar ou da maneira que ela os podia ajudar a defenderem-se».

¹² É este, aliás, um dos contributos cimeiros de Marx para a filosofia ocidental, e o pressuposto de base do materialismo histórico: «A ideia que, para Marx, está ausente de todo o trabalho filosófico anterior é a de que os seres humanos têm necessidades materiais individuais e colectivas, e é a necessidade, não a contemplação individual ou o pensamento, que fornece aos seres humanos a sua forma primeira de interacção com o mundo. De modo a satisfazerem as suas necessidades, os seres humanos têm de trabalhar juntos no mundo, mas ao fazê-lo desenvolvem formas de produção e de interacção social cada vez mais complexas. Isto engendra novas necessidades, num processo interminável. Assim, uma perspectiva filosófica sobre a interacção dos seres humanos e da natureza transformou-se nos rudimentos de uma teoria histórica da sociedade» (WOLFF, 2003: 39).

¹³ Algumas propostas recentes da historiografia e da arqueologia anglo-saxónicas, sobretudo, têm defendido que o espaço não só reflecte como estrutura a prática social, pelo que deve ser tratado como uma categoria histórica em si mesmo. A paisagem, a arquitectura e outros elementos da cultura material são entendidos como agentes activos na produção e na transformação da identidade social e não como meros cenários da actividade humana (BEATTIE & MASLAKOVIC, 2003: 7). Esta importância do espaço como categoria histórica *per se* está na origem de um movimento historiográfico recente (que remonta aos anos de 1990), já apelidado de “*Spatial Turn*”. Apesar de uma matriz claramente assente na história cultural, que de alguma forma tem limitado este novo campo a aspectos simbólicos, relacionados com a representação do espaço, há a registar tentativas recentes de o alargar a «analyses substantivistes et processuelles du paysage», como a de TORRE, 2008. No domínio do medievalismo hispânico, já em 1999, J. A. GARCÍA DE CORTÁZAR reconhecia que «estructura de la sociedad y ordenación social del espacio se reflejan mutuamente» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 43). E é precisamente esta a perspectiva que orienta os trabalhos compilados em um volume colectivo recente sobre *People and Space in the Middle Ages...*, como se deduz das palavras de abertura de Wendy Davies: «The contributors to this book share a sustained interest in the way human communities used land in the Middle Ages and in the way those communities were in their turn shaped by the landed resources available – that is, in the literal as well as the symbolic interaction between people and space» (DAVIES, 2006: 1; v. tb. p. 5).

A “paisagem natural”¹⁴ (o ambiente, se quisermos) fornece um exemplo limite deste papel das materialidades enquanto agente, e não mero reflexo, da prática social¹⁵. Aliás, é precisamente neste cruzamento entre espaço e tempo, ambiente e sociedade que se define plenamente o âmbito da Geografia humana, tal como o concebia Orlando Ribeiro¹⁶. Mas, se a entendermos no sentido amplo de base material dos processos de organização do território, a paisagem aparece como um ponto de observação privilegiado para a compreensão do jogo biunívoco que se estabelece quando uma sociedade organiza (projectando-se sobre) um determinado território e simultaneamente se estrutura a si mesma em função das características materiais que definem esse território¹⁷.

A passagem do tempo, por vezes num ritmo curto e acelerado, mas de forma mais marcante em passo lento, vem trazer pleno sentido a este jogo de inter-relação, que não poderá compreender-se fora das dinâmicas de continuidade e de ruptura que marcam a evolução das sociedades. Como escreveu Orlando Ribeiro,

¹⁴ A expressão é também utilizada por RIBEIRO, 1986: 12.

¹⁵ Sem cair nos excessos que caracterizam os vários determinismos geográficos vindos do século XIX, e que persistem ainda (BAKER, 2003: 16 e ss.), este papel tem sido recorrentemente sublinhado por diversos historiadores, de que citaremos, a título de exemplo, entre os altimedievalistas, WICKHAM, 1988: 1-2, 5 e 6 e DAVIES, 2006: 8.

¹⁶ «Tendo sempre em conta a *localização* e a distribuição dos fenómenos, a Geografia é uma ciência *corológica* e relacional, o seu objecto é a compreensão do *espaço*, do modo como nele se organizam e interferem elementos naturais e elementos provenientes da capacidade criadora dos grupos humanos: esse arranjo constitui, ao mesmo tempo, o quadro e o conteúdo de qualquer porção individualizada da superfície terrestre. (...)

A Geografia é, portanto, uma ciência *ecológica*, uma vez que o ambiente natural e os grupos humanos constituem nexos ou interações, que a natureza põe ao homem severas restrições, mas fornece-lhe estímulos que lhe permitem vencê-la, domesticá-la ou viver sem dar por ela. Finalmente, a Geografia é uma ciência *evolutiva*, todos os seus fenómenos decorrem e se transformam no tempo, embora com ritmos diversos» (RIBEIRO, 1986: 17).

¹⁷ Veja-se ARNOLD, 2008: 75-76 (para uma concretização possível deste princípio) e 77-78 (para alguns exemplos da sua aplicação). Dificilmente a consciência da complexidade que envolve esta dinâmica de “interferências” terá ficado mais clara do que nas palavras de Abel Bouhier, a propósito desse “velho complexo agrário” que é a Galiza (e todo o NO peninsular): «Le cadre agraire, dans ces aspects multiples, est une résultante intégrant des données complexes, et la meilleur expression des solutions diverses qui ont été adoptées pour résoudre le problème resté, jusqu’aux toutes dernières années, crucial des subsistances. Au cours du temps, ce cadre agraire n’est pas resté absolument figé. Il s’est modifié lentement, par retouches successives, au fur et à mesure que s’enrichissait ou se complétait le système agricole, en rapport avec ce que permettaient le plus ou moins grand degré de réceptivité du groupe humain et les formes d’organisation de celui-ci, elles-mêmes assez souvent dépendantes de la nature et de la disposition des trames d’habitat. Dans ce jeu complexe des interférences, les causes ne peuvent pas toujours être distinguées des effets. Tout paraît lié et il est difficile, par avance, de privilégier tel ou tel facteur. Même les structures sociales ne peuvent être données comme absolument déterminantes. Bien souvent, l’impression qui prévaut est que ces structures se fondent dans les moules agraires plus que les formes d’organisation se calquent sur elles» (BOUHIER, 1979: 3-4).

«a *paisagem* é, quase sempre, *um produto do passado*. Tudo em que o homem intervém se transforma com ele: mas na estrutura de um campo, no casco vetusto de uma cidade, que foi o seu elemento de localização e o núcleo das suas transformações, nos antigos portos e nas velhas montanhas e charnecas pastoris, ajustada ao ambiente e moldada pelo tempo, tal como a natureza, alguma coisa *permanece* nas próprias obras e nos destinos humanos»¹⁸.

Em face destes pressupostos teóricos, rapidamente enunciados, este trabalho procura apresentar uma proposta metodológica para o estudo da paisagem rural minhota, tomando como meio de demonstração o itinerário de estudo de uma unidade específica de exploração e de povoamento, o casal. Mas antes de avançar, importa ainda reflectir sobre os constrangimentos e as possibilidades das fontes escritas para o estudo da cultura material, por forma a esclarecer a viabilidade de uma análise do espaço rural assente em dados de proveniência textual, como é a que aqui se apresenta. Introduce-se assim a segunda reivindicação (heurística, esta) que o presente texto propõe: a da relevância das fontes escritas para o estudo da materialidade da paisagem.

AS FONTES ESCRITAS E A MATERIALIDADE DA PAISAGEM

As fontes escritas não são, definitivamente, as fontes primeiras para o estudo da paisagem na sua dimensão material, objectivo que cabe mais aos arqueólogos do que aos historiadores, embora estes possam fornecer dados quanto à morfologia concreta das diversas unidades de paisagem. E ainda que não sejam capazes de oferecer descrições tão globais como as que resultam da escavação sistemática de um sítio ou da prospecção intensiva de um território, a verdade é que também neste capítulo o potencial informativo das fontes escritas está longe de ter sido esgotado¹⁹.

No entanto, as fontes escritas permitem ir além das materialidades, no estudo da paisagem. Só através dos documentos é possível relacionar plenamente a configuração morfológica de uma determinada paisagem com os fundamentos da acção que sobre ela exerce a sociedade que a ocupou e organizou, com evidente destaque para os mecanismos económicos que enquadram a exploração da terra (e dos recursos associados) e para a estrutura social de poder responsável pela implementação de um modelo de organização do território (tanto dos espaços residenciais como produtivos), tendente ao enquadramento dos homens. As fontes escritas consti-

¹⁸ RIBEIRO, 2003: 128.

¹⁹ Mesmo para efeitos de uma investigação especificamente arqueológica, como reconhece IZQUIERDO BENITO, 2008: 15 e ss.

tuem-se assim como uma via preferencial para a reconstituição das já referidas transferências de duplo sentido que se estabelecem entre a realidade material do território e os esquemas de natureza económica, política e mesmo simbólica que cada sociedade forja para se apropriar (física e mentalmente) e organizar o território que entende como seu. E por isso constituem uma das vias imprescindíveis para o estudo, devidamente contextualizado, da paisagem.

Mais do que as fontes arqueológicas, directamente ligadas à *materialidade* da paisagem, as fontes escritas permitem sobretudo traçar um “quadro geral de possibilidades” quanto à morfologia das diferentes unidades de paisagem e de organização do espaço rural documentadas – um quadro que deverá, caso a caso, ser descrito com mais pormenor pela arqueologia. Todavia, a principal força das fontes escritas reside no facto de permitirem investir esse quadro morfológico de:

- i) uma localização cronológica exacta, sustentando assim o desenho da sua evolução²⁰ (pelo contrário, são as fontes arqueológicas que proporcionam localizações espaciais exactas);
- ii) um significado social, que define o lugar de cada unidade no quadro de um determinado modelo (ou conjunto articulado de modelos) de *organização social do espaço*²¹.

As fontes escritas levantam, assim, problemas que ultrapassam largamente o da simples *materialidade*, dadas as suas implicações nos planos económico (dos “modos de vida”), social e político (no horizonte amplo do quadro global de poderes exercidos sobre uma população e um território). No entanto, também é verdade que a única garantia de que o significado de uma determinada unidade em cada uma destas coordenadas será correctamente apreendido reside no seu fundamento “objectivo”, e portanto na caracterização tão rigorosa quanto possível da sua morfologia física.

²⁰ É esta uma das funções essenciais atribuída às fontes escritas, na investigação arqueológica, por IZQUIERDO BENITO, 2008: 17.

²¹ Note-se, todavia, que esta preocupação em investir de significado social não é exclusiva de uma análise assente em fontes escritas. Um dos pressupostos essenciais da *New archaeology* é precisamente «assignar correspondencias entre el material arqueológico y las actividades socioeconómicas que presuntamente implican, es decir, dotar de significado sociológico al registro que se estudia», para o que recorre sobretudo a modelos explicativos da antropologia, por considerar que «la historiografía no puede ofrecer ninguna explicación plausible de sociedades sin escritura» (LLURÓ, 1988: 54). Esta preocupação conduziu, no entanto, a modelos explicativos distintamente arqueológicos, ainda que inspirados na antropologia (funcionalista e materialista cultural, sobretudo) e na geografia, que assentam numa causalidade estritamente materialista, pelo que, na opinião de Josep M. Lloró, se revelam «banales, mecanicistas o inconcretos» (LLURÓ, 1988: 55) e redundam numa a-historicidade que «renuncia al ordenamiento y explicación diacrónica de la información» (LLURÓ, 1988: 56) e num «materialismo reduccionista y simplificador» (LLURÓ, 1988: 57).

Antes, porém, de passarmos à análise dos dados escritos com vista a esta caracterização, há que considerar três aspectos que funcionam como poderosos filtros da informação que este tipo de fontes pode fornecer sobre qualquer unidade de organização do espaço rural: i) as circunstâncias que ditaram a construção do *corpus* documental disponível, ii) as características que marcam a própria “documentação” de cada unidade em particular, iii) e as questões terminológicas decorrentes da utilização que os escribas fizeram de cada palavra concreta com que as nomeiam. Tomemos então o exemplo do casal²².

i) Em primeiro lugar, o estudo do casal, como o de qualquer outra unidade de organização do espaço, antes do século XIII, está necessariamente condicionado pelo monopólio dos senhores, que não apenas eclesiásticos, sobre a produção das fontes²³. Sobretudo a partir do século XI, a escrita converte-se mesmo num instrumento essencial ao exercício do poder, uma vez que permite criar e sustentar uma memória histórica dos títulos de propriedade e dos laços de parentesco²⁴. Verifica-se então uma aceleração da tendência geral para o incremento das fontes escritas, reflectindo uma «progresiva imposición de poderes señoriales en el espacio, según la idea de que “sin señores, no hay historia”»²⁵.

Tanto quanto a podemos conhecer, a evolução da realidade subjacente à palavra ‘casal’ está, portanto, dependente dos avanços da senhoriação. Esta dependência torna-se particularmente aguda num estudo como este, em que o objecto se define exclusivamente em função de um termo concreto, cuja ocorrência determina o *corpus* documental em análise. O próprio problema da origem do casal, no século X, pode, desde já, colocar-se em termos de uma “inovação” ou de uma mera “revelação documental”, como sugere Benoît Cursente²⁶.

ii) Mas, independentemente das condições que governam a produção escrita em geral, as fontes escritas não são todas do mesmo teor. Variam, consoante a tipolo-

²² O que se segue retoma, em linhas muito gerais, aquilo que deixei escrito em MARQUES, 2008 – Parte II (“O casal num âmbito regional: signifiante e significado”). Dadas as limitações de espaço, limito-me a sumariar aqui as ideias principais, prescindindo da abundante exemplificação que poderá encontrar-se nesse trabalho.

²³ Este monopólio não é exclusivo das instituições eclesiásticas, que dominavam somente a produção material do escrito. A íntima articulação, até à comunhão de interesses, entre senhores laicos e eclesiásticos (monásticos, sobretudo), até ao século XII, autoriza-nos a generalizar tal monopólio ao conjunto da classe senhorial (MATTOSO, 2001: 161-162). Aliás, acontece no Entre-Douro-e-Minho o mesmo que acontece no Lácio e na generalidade do Ocidente europeu: «pour une large part, en effet, ces fonds [eclesiásticos] sont constitués d’actes privés relatifs à des négoces entre laïcs et entrés dans les dépôts ecclésiastiques comme titres de propriété (*munimina*) en même temps que les biens-fonds concernés venaient grossir les temporels monastiques ou capitulaires» (TOUBERT, 1973: 94-95).

²⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 43.

²⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 31.

²⁶ CURSENTE, 1998: 104.

gia, os centros de produção e as cronologias/contextos em que foram produzidas, e têm potencialidades informativas consideravelmente díspares. Geram-se, assim, dinâmicas de “documentação” da realidade consideravelmente diferenciadas (mas quase todas socialmente significativas). O quadro geral das fontes escritas produzidas antes do século XIII e conservadas até aos nossos dias é composto quase exclusivamente de actos jurídicos de transmissão da propriedade que, do ponto de vista informativo, procuram sobretudo registar o clausulado do negócio jurídico, os fundamentos dos direitos de propriedade ou usufruto que o legitimam e a descrição, mais ou menos rigorosa, dos bens que são objecto desse negócio. Pelo contrário, a partir das primeiras Inquirições Gerais (de 1220), este quadro de fontes vê-se consideravelmente enriquecido por uma série de inquéritos de carácter administrativo, cujo objectivo primordial foi arrolar, mais do que descrever, um conjunto amplo de direitos do rei e/ou de outros senhores sobre uma enorme variedade de bens que, até por razões de operacionalidade, importava aos inquiridores tipificar e não tanto caracterizar em pormenor.

Neste sentido, importa notar que as fontes disponíveis para o estudo do casal antes do século XIII, de natureza predominantemente jurídica, veiculam uma realidade essencialmente patrimonial. Produzidas em função da necessidade de consignar e validar transacções de bens, preocupam-se prioritariamente com a titularidade desses bens. Para além da classificação tipológica contida na palavra ‘casal’, a descrição que as fontes nos fazem destas unidades passa sobretudo pela localização, e só acessoriamente por dois aspectos definidores da sua morfologia: a integração na paisagem e a estrutura interna que as caracteriza. Além do mais, é sobretudo a realidade individual de cada uma das propriedades transaccionadas que ressalta dos documentos. A paisagem ou a organização do território a uma escala mais alargada do que a unidade de exploração (conceitos estranhos aos escribas do tempo, é certo) estão completamente arredadas da documentação com referências a casais. A reduzida dimensão e a função essencialmente económica desta unidade elementar de organização do espaço ajudam a explicar o facto.

Por outro lado, o potencial informativo das fontes utilizadas em estudos deste tipo está directamente associado aos esquemas dominantes que, em cada período, moldaram a percepção que os homens tinham do espaço. A génese de uma nova sensibilidade, marcada pela apreensão e delimitação mais precisas de cada lugar, em relação com os que o rodeavam, torna evidente o contraste entre a documentação anterior e posterior ao século XII, no decurso do qual se multiplicam os sinais de uma nova percepção espacial²⁷. Contudo, se a partir de então estamos cada vez melhor informados acerca da posição do casal no território, pelo contrário, regista-

²⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 201; –, 1989: 12.

-se também a tendência para um crescente esquematismo das fórmulas descritivas da propriedade, que acompanha a cristalização do significado da palavra ‘casal’. Passam, assim, a dispensar-se as enumerações características dos documentos dos séculos X e XI que, mesmo descontando o carácter formular que as reveste, são úteis pelo que revelam do conteúdo dos bens descritos.

Outra variável a ter em conta é a da “posição” que a unidade em estudo assume no documento. Ou seja, é consideravelmente diferente, do ponto de vista do potencial informativo, que uma unidade seja objecto do acto jurídico consignado, o que obrigará a uma descrição, mesmo que mínima, do seu conteúdo, ou que ela seja mencionada a qualquer outro título. Na maior parte das cartas analisadas, o casal é objecto do acto jurídico, embora haja outros em que é apenas referido como elemento confinante de um determinado bem ou, mais raramente, como referente toponímico para a sua localização²⁸. Neste sentido, aparece-nos documentado, predominantemente, no momento em que é transaccionado, o que, com uma ou outra excepção, não nos permite conhecer a origem destas unidades.

Ao mesmo tempo, a mera circunstância da “documentação” de uma determinada unidade pode ser tomada como indicador da sua morfologia. Num total de 486 diplomas com referências a casais, pudemos identificar cerca de 1040 casais, donde uma média de 2,1 unidades por documento, sendo que só 4% são referidos em mais do que um diploma, tanto quanto conseguimos apurar²⁹. Contrastando com o que acontece, por exemplo, no território da cidade de Roma, onde entre os inícios do século X e os meados do século XII se regista cerca de 400 menções documentais a apenas 200 casais³⁰, os números relativos ao Entre-Douro-e-Lima parecem sintomáticos de unidades de pequena dimensão, frequentemente recompostas, nos seus diversos componentes, em função das conjunturas patrimoniais; donde a dificuldade em encontrar um mesmo casal referido em vários documentos distribuídos por um intervalo de tempo razoavelmente distendido. Ficamos assim impedidos de seguir o desenvolvimento específico destas unidades.

iii) Finalmente, e na medida em que este trabalho procura estudar uma unidade de povoamento e de exploração que a documentação individualiza através de uma palavra concreta, será necessário atentar num conjunto de reflexões de índole terminológica em torno do vocábulo ‘casal’, por forma a definir o mais rigorosamente possível as relações que se estabelecem entre a realidade, a palavra e os contextos linguísticos em que a documentação escrita a utiliza.

²⁸ No *corpus* documental analisado, o casal não é objecto de transacção em apenas 12 doações (num total de 184), 28 vendas (num total de 197), seis escambos (num total de 37) e uma concessão em regime de prazo (num total de sete) (MARQUES, 2008: 47 e 425).

²⁹ A este propósito, veja-se MARQUES, 2008: 283-285.

³⁰ LENZI, 2004: 309.

Atentemos, em primeiro lugar, num quadro geral de significados atribuídos à palavra ‘casal’ em alguns dos principais léxicos e dicionários latinos e de língua portuguesa e castelhana que a registam:

Quadro 1. Significados da palavra ‘casal’³¹

N.º	Significado
1	Casa rural e/ou construções adjacentes
2	Espaço que rodeia a casa rural
3	Terreno em que se levanta um conjunto de edificações rurais de um prédio; terreno apto a ser edificado
4	Propriedade rural (não necessariamente pequena)
	Propriedade rústica (eventualmente murada) em terra diferente da da residência
5	Unidade de exploração rural de dimensões modestas
	Unidade de povoamento, exploração e exacção (espaço de habitação + espaço de cultivo)
6	Aldeia, povoado, quarteirão
7	Limites de uma propriedade
8	Horto (em contexto de <i>habitat</i> aglomerado, na Gasconha, depois de 1250)

Todos estes significados da palavra ‘casal’, com excepção dos dois últimos, são rastreáveis na documentação do Entre-Douro-e-Lima, até 1200; os cinco primeiros mais facilmente, o sexto com maior dificuldade. Esquemáticamente, o termo é utilizado ora em sentido restrito (correspondendo a espaços residenciais e/ou fundiários) ora em sentido lato (correspondendo a uma unidade de povoamento e de exploração capaz de reunir ambos); ao que poderemos acrescentar uma terceira acepção: a de pequeno povoado. Se, por um lado, a palavra está longe de designar uma realidade unívoca, por outro, a sinonímia que foi possível estabelecer com outros vocábulos é um bom indício da existência de realidades semelhantes ao que chamaríamos ‘casal’ sem que assim apareçam designadas na documentação³².

De qualquer modo, o sentido mais frequente de que o termo se reveste no Entre-Douro-e-Lima é o de unidade familiar de povoamento, de exploração e, com o avanço da fiscalidade senhorial, de exacção. Aliás, mesmo quando é utilizado em sentido restrito de núcleo residencial ou até de unidade fundiária (dotada ou não de elementos habitacionais), o que está muitas vezes em causa é a designação metonímica do conjunto de uma unidade de povoamento e de exploração. A análise detalhada dos

³¹ Uma versão mais completa deste quadro, com a indicação precisa dos léxicos e dicionários que registam cada significado, encontra-se em MARQUES, 2008: 117.

³² A palavra ‘casal’ é utilizada na documentação do Entre-Douro-e-Lima como sinónimo de outras cujo significado genérico lhe é relativamente próximo. Identificámos cinco: «casa», «pedaço de terra»/«terra», «herdade», «quintã» e «villa» (MARQUES, 2008: 128-130). Qualquer uma destas realidades encontra equivalência no quadro de significados apresentado. Não parece, portanto, que a palavra ‘casal’ seja, em algum dos casos, forçada a designar realidades muito distantes da paleta de sentidos que lhe atribuímos.

elementos de identificação do casal (aqueles elementos que, sucedendo imediatamente à palavra ‘casal’ na estrutura frásica, assumem a função de identificar cada unidade na sua idiossincrasia) permite concluir pela predominância do elemento identificador *humano* (referência a proprietários e/ou moradores), aliás consentânea com a própria etimologia do termo ‘casal’ que, ao contrário de outras unidades de organização do território mais alargadas, cuja designação resulta dos seus caracteres físicos³³, tem origem numa realidade intimamente ligada à casa e à família. Pelo contrário, são bem menos frequentes os elementos de identificação de natureza toponímica ou topográfica, que, à partida, indiciam outras acepções da palavra (de cariz mais fundiário)³⁴.

Este quadro *normativo* de significados do termo ‘casal’ deve ainda ser aprofundado com recurso à análise dos diversos contextos linguísticos em que ele ocorre na documentação. Introduce-se assim a distinção, fundamental em estudos de natureza lexicológica, entre a utilização formular ou não formular da palavra³⁵. Considerar a ocorrência do termo ‘casal’ quando nos aparece enquadrado nas longas enumerações estereotipadas de que os formulários notariais se servem para descrever os bens transaccionados, ou quando é enunciado *per se*, na sua idiossincrasia de unidade agrária individualizável, implica diferenças de sentido que importa analisar.

O estudo da utilização do termo ‘casal’ no quadro da prática enumerativa obriga-nos a duas ressalvas prévias. Em primeiro lugar, importa ter em mente que a ocorrência destas enumerações formulares na documentação “notarial”, não tendo nunca sido universal, viu-se fortemente limitada a partir do século XII, perante as alterações ao nível da organização e da percepção do espaço, a recuperação do direito romano e a influência dos formulários italianos que, na busca de uma maior conceptualização jurídica, tornam o discurso notarial mais conciso³⁶. Em segundo lugar, importa distinguir os casos em que o termo ‘casal’ aparece como elemento coordenado de uma enumeração descritiva da unidade que o integra³⁷ e aqueles em que ele aparece como subordinante da enumeração, isto é, como realidade por ela descrita³⁸.

³³ A título de exemplo, veja-se as observações de DÍEZ HERRERA, 1993: 3-4 e 6, acerca do termo ‘*valle*’.

³⁴ MARQUES, 2008: 131 e ss.

³⁵ VARELA SIEIRO, 2005.

³⁶ ZIMMERMANN, 1989-1990: 334.

³⁷ A título de exemplo, «De hereditate nostra propria quam habemus in villa Senioriz sub monte Sancta Marta territorio Bracarensi. Damus vobis (...) quantum in predicta villa habemus (...) in domibus et in casalibus et in agris et in aquis ad sedibus molendinorum atque aliis locis ubicumque illam potueritis invenire cum suis egressibus atque regressibus» (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 666).

³⁸ «Do atque concedo vobis in ipsa villa ipsum meum casal d’Ouviu cum omnibus pertinentiis suis cum introitibus et regresibus et pascuis et adjacenciis suis cum vineis domibus ortis plantationibus cum terris cultis et incultis cum montibus et fontibus et cum universis que ibidem ad prestamen hominum esse videntur a sublimitatibus montium usque ad concavitates valium in cunctis temporibus seculorum» (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 828). Note-se que estas fórmulas não diferem substancialmente das que se utilizam na descrição dos casais do território romano, antes do século XI, as quais, por sua vez,

Embora não tenhamos quantificado com rigor nenhuma destas possibilidades de associação da palavra a enumerações estereotipadas, não deixaremos de observar que a primeira, aquela em que o termo ocorre propriamente em contexto formular, é absolutamente residual na documentação do Entre-Douro-e-Lima, ao passo que a segunda, em que a palavra ‘casal’ antes suscita uma enumeração formular sua subordinada, é já mais frequente³⁹. Mas, mesmo que a ocorrência do termo ‘casal’ em contextos não formulars permita, de facto, avaliar com maior clareza o sentido que, em cada caso, lhe é atribuído, não nos parece que a distinção entre o uso formular e não formular da palavra influencie significativamente a definição do seu significado. Sem prejuízo da intenção englobante e retórica destas enumerações estereotipadas, a verdade é que, tal como acontece com os diplomas considerados falsos, aos quais se pode (ou não) atribuir um determinado grau de verosimilhança, a utilização formular de uma palavra traduz necessariamente a *possibilidade* de existência da realidade assim designada, mesmo que essa existência possa não se verificar objectivamente em todos os casos. O mesmo argumento é válido para as enumerações formulars de que o discurso notarial se serve para descrever o conteúdo da palavra ‘casal’: mesmo que os elementos arrolados possam não ter uma existência objectiva, eles são pelo menos componentes plausíveis dessa unidade⁴⁰.

Todos estes problemas relacionados com a evolução dos “discursos” sobre o casal terão de ser necessariamente tidos em conta, e desenvolvidos, ao longo da análise da morfologia desta unidade de organização do espaço rural, dada a importância que assumem para uma correcta interpretação de boa parte dos dados facultados pela documentação escrita. Só assim será possível atribuir a uma realidade documentada através de um vocábulo específico as coordenadas de lugar, tempo e significado social. Ou, por outras palavras, determinar um *significado* contextualizado em função de espaços e tempos concretos e traçar, com uma cronologia tão fina quanto possível, as variações e a evolução da realidade subjacente ao vocábulo; muito particularmente as já referidas transformações de que foi objecto no decurso do século XII.

reproduzem quase literalmente um modelo tardo-antigo, já visível nas descrições de *fundi* presentes nos papíros de Ravena dos séculos VI e VII (LENZI, 2004: 317-318).

³⁹ É plausível pensar que o casal não se enquadra facilmente em tais enumerações estereotipadas dos constituintes da propriedade, na medida em que não é (ou tende a ser cada vez menos) um componente mas o cerne de uma das principais formas de propriedade e de exploração rural da paisagem minhota: a unidade familiar. Assim o indicia, pelo menos, a maior frequência de enumerações estereotipadas que descrevem um casal, com o correr do tempo.

⁴⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989: 10 chamou já a atenção para «la utilidad de esas «fórmulas inútiles» como propuesta genérica de percepción de un paisaje por parte del escriba correspondiente o del redactor moral del texto».

MORFOLOGIA DO CASAL

A caracterização morfológica do casal que aqui ensaiarei assenta num levantamento que procurou ser o mais exaustivo possível, no quadro da documentação publicada, de todas as menções a casais situados no Entre-Douro-e-Lima entre 906 (data do primeiro documento em que a palavra aparece referida) e o final do século XII⁴¹. Resultou, como já se disse, na identificação de cerca de 1040 casais, referidos em 486 documentos⁴². É evidente que, até por força da progressiva aceleração do ritmo da produção documental⁴³, o “século de Afonso Henriques” constitui um

⁴¹ Note-se que, ao contrário do que acontece com os séculos anteriores, para o século XII permanece inédita uma quantidade assinalável de diplomas, que não foram aproveitados neste estudo. Se a edição sistemática dos documentos régios atingiu o final do reinado de D. Afonso Henriques (1185) (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961), a dos diplomas privados quedou-se por 1123 (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. III. Ed. por Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980). A percentagem de documentos inéditos a partir desta data é significativa no caso de vários cartórios monásticos da corda do Douro, como Moreira da Maia ou Pendorada, para nomear apenas os mais importantes, para os quais não dispomos de cartulários que tenham compilado o essencial da documentação deste período, como acontece com o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Paço de Sousa (ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa; apresentação de José Mattoso. *Bracara Augusta*. XXIV/57-58 (69-70) (1970) 138-283). No entanto, o mesmo já não acontece para o território a Norte do rio Ave, em que uma parte muito significativa da documentação conservada está publicada, ora na edição do *Liber Fidei* da Sé de Braga (imenso cartulário que recolhe o grosso do cartório episcopal para este período – *Liber fidei sanctae bracaraensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.^o Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990), ora na edição sistemática das coleções documentais do mosteiro (e depois colegiada) de Guimarães (RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Volume II: “Colecção Documental”. Porto: edição policopiada, 1991) e do mosteiro de S. Simão da Junqueira (LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vol. II (Colecção Documental). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001). Deste modo, o conjunto de documentos inéditos que não foi possível utilizar dificilmente viria alterar as interpretações propostas com base na amostra dos que estão publicados. Sobre o *corpus* documental que serviu de base a este levantamento, veja-se MARQUES, 2008: 36 e ss.

⁴² As unidades recenseadas estão longe de esgotar todos os casais existentes neste território; contudo, os números que aqui se apresentam devem ser entendidos como um índice seguro e proporcional de uma realidade mais numerosa. Sobre os critérios que orientaram a construção do *corpus* de casais na base deste estudo, e conduziram ao total aproximado de cerca de 1040 unidades, veja-se MARQUES, 2008: 283-285.

⁴³ Os 486 diplomas utilizados não se distribuem uniformemente pelos três séculos em estudo. No século X registamos apenas 2,9% do total, a esmagadora maioria dos quais se concentra no período 951-1000; na centúria seguinte a percentagem sobe para 30,6% mas o desequilíbrio entre a primeira e a segunda metades mantém-se, com o período 1051-1100 a registar 71,8% do total de 149 documentos identificados no século XI; finalmente, regista-se uma subida exponencial na primeira metade do século XII (185 actos), que é interrompida depois de 1151 (123). O decréscimo registado na segunda metade do século XII parece resultar, fundamentalmente, dos critérios que presidiram à construção do *corpus* documental. Ainda assim, o século XII recolhe 65% do total de documentos recenseados (MARQUES,

período particularmente importante, marcado por várias transformações, desde logo no número de casais documentados e na sua distribuição no espaço regional, mas também ao nível da morfologia desta unidade. Estas transformações resultam, em parte, do avanço decisivo do processo de senhoriação, que favoreceu claramente a organização da propriedade em casais, como forma de potenciar a exploração agrária e a exacção de renda⁴⁴. Mas também é verdade que, se só nos é possível rastrear algumas dessas transformações no século XII, em virtude da constituição de um *corpus* documental minimamente consistente para inúmeras zonas do Entre-Douro-e-Minho, isso não significa que fossem todas “novidades”. Aliás, a senhoriação terá promovido a difusão destas unidades também em função de um lastro ecológico e de uma longa tradição favoráveis à pequena exploração familiar.

Nesta região, a morfologia do terreno, a fertilidade decorrente do tipo de solos e de clima e a pressão demográfica característica de um território densamente povoado são factores que concorrem para um quadro físico e humano em tudo favorável a «um denso aproveitamento agrícola do solo e a uma proliferação de unidades de exploração de pequenas dimensões»⁴⁵. Não só a paisagem de socalcos, característica das colinas minhotas, favorece a fragmentação parcelar da terra, em ordem a um aproveitamento agrícola das vertentes sistemático⁴⁶, como as possibilidades desta terra para a prática continuada de uma agricultura intensiva são indissociáveis da forte pressão demográfica que caracteriza estruturalmente a região, reforçando a tendência para o parcelamento⁴⁷.

A paisagem e o povoamento desta faixa central de colinas e vales minhotos favorecem, portanto, a multiplicação de unidades de âmbito familiar que sejam, simultaneamente, capazes de articular componentes diversos e espacialmente descontínuos e de potenciar a capacidade produtiva de extensões de cultivo necessariamente exíguas, em ordem a assegurar a sobrevivência da célula familiar que a explora e, eventualmente, a detracção de renda por parte de quem a possui. A morfologia do casal responde convenientemente a tais exigências.

2008: 43-46). A correcta ponderação dos dados, na sua dimensão diacrónica, deverá ter sempre em conta esta distribuição cronológica das fontes, bem como a qualidade (logo, o potencial informativo) que em cada período as caracteriza.

⁴⁴ MARQUES, 2009.

⁴⁵ MATTOSO, 1992: 461.

⁴⁶ Carlos Alberto Ferreira de Almeida escreveu já, a propósito da paisagem minhota: «terra largamente enrugada, com um solo sistematicamente em pendor, as suas muitas chuvas obrigam, por causa da erosão, à disposição dos campos em socalcos cujo tamanho e altura está em relação com o declive» (ALMEIDA, 1978: 23). Sobre a influência do relevo no «arranjo do espaço rural» minhoto, tanto no sentido da fragmentação como do emparcelamento, veja-se SILVA, 1983: 83.

⁴⁷ MATTOSO, 2001: 209.

A abrir esta caracterização, impõe-se retomar a definição genérica já avançada: sem prejuízo de uma grande variedade morfológica, o termo ‘casal’ designa predominantemente, no Noroeste peninsular, uma unidade familiar de povoamento e de exploração que articula, em torno de um núcleo habitacional, um conjunto de componentes produtivos muito variado (desde parcelas de cultivo até direitos de exploração de espaços incultos). Esta acepção da palavra pode ser considerada dominante, na medida em que a passagem do tempo a tornou quase hegemónica, como se verifica, logo na primeira metade do século XIII, pela leitura das actas das Inquirições Gerais de 1220 e de 1258.

Mas a realidade foi bem mais complexa e matizada; e a verdade é que essa acepção só se impôs ao cabo de um longo processo, a um mesmo tempo de configuração morfológica, no terreno, e de fixação terminológica, na documentação. Aliás, convém desde já chamar a atenção para o facto de a historiografia ter tomado abusivamente esta acepção como exclusiva, em virtude da tendência para retroprojectar uma realidade característica dos séculos XIII e seguintes, quando os senhorios desenvolveram modelos de gestão da propriedade fundiária cada vez mais eficazes, que ditaram o encabeçamento sistemático das parcelas de exploração indirecta em unidades de dimensão familiar⁴⁸. A escassez de estudos de história rural para o período anterior a 1200, sobretudo no que respeita ao Entre-Douro-e-Minho⁴⁹, explica o excessivo à-vontade com que esta noção se generalizou na literatura e foi aplicada a cronologias em que a morfologia do casal não estava ainda completamente definida, nem o significado da palavra havia ainda cristalizado.

Passemos, então, à análise da morfologia do casal, na dupla vertente da sua integração na paisagem e da sua estrutura. Em primeiro lugar, atentaremos na integração do casal na paisagem do Entre-Douro-e-Lima, a partir do conjunto de elementos físicos e construídos que, assumindo essencialmente a função de o localizar, nos informam indirectamente sobre uma tal integração; sem esquecer os elementos seus confinantes, que, distribuídos em redor destas unidades, as delimitam e definem a paisagem que lhes é próxima. Num segundo momento, estudaremos a

⁴⁸ Sobre a importância deste processo de encabeçamento, na sequência da conjuntura global de crise que caracteriza a segunda metade do século XIV, veja-se, por todos, COELHO, 1989: 89 e ss.

⁴⁹ Os únicos trabalhos de base regional de que dispomos, ainda hoje, são os de SAMPAIO, s.d. e de ALMEIDA, 1978, entre outros títulos (de menor fôlego) que este autor dedicou à região. Embora os pressupostos fundamentais das interpretações de Alberto Sampaio estejam já ultrapassados, e apesar do empirismo que domina a «Primeira Parte» do trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, estas duas obras continuam a ser os melhores guias para o estudo da vida rural no Entre-Douro-e-Minho neste período. Mais recentemente, e ainda que os objectivos da sua investigação ultrapassem em muito os de um estudo de história rural, Luís Carlos Amaral sistematizou uma imensa mole de dados, na tese de doutoramento, e gizou um quadro global da organização do “território bracarense” (com destaque para o Entre-Lima-e-Ave), entre os séculos IX e XI (AMARAL, 2007).

estrutura interna do casal, tendo em conta não apenas os seus componentes mas também os processos de fragmentação (total ou parcial) a que muitas unidades estiveram sujeitas, bem como as delimitações que circunscreviam e articulavam tanto os componentes como as fracções que compunham cada unidade.

Em conjunto, estes indicadores, entre outros que poderiam achar-se, permitirão definir melhor a realidade por detrás da palavra. Os primeiros (elementos de integração) remetem-nos para um horizonte de alteridade em que o casal aparece inserido, formando como que um molde, essencial para o conhecimento do respectivo conteúdo, até pelo que nos revela sobre o que o casal não é; os segundos (componentes) remetem-nos para um horizonte de identidade, intrínseco ao casal, que naturalmente o caracteriza. Note-se, contudo, a dificuldade em apreender a materialidade do casal, na medida em que estas unidades se definem, em boa parte, pela *possibilidade* de anexar a um núcleo central de exploração componentes muito diversos, consoante a conjuntura (produtiva, familiar, fiscal...) que as afecta.

ELEMENTOS DE INTEGRAÇÃO DO CASAL NA PAISAGEM

A análise da integração destas unidades em esquemas mais amplos de organização do espaço assenta em três indicadores, que constituem outros tantos elementos de um sistema de referências geográficas imprescindível à localização de qualquer bem fundiário: i) os elementos que promovem a sua integração no espaço físico; ii) os que promovem a sua integração num espaço construído (porque social); iii) e finalmente os elementos confinantes que testemunham a integração do casal na paisagem à escala micro-local.

Todavia, como sublinhámos mais acima, o conjunto de dados analisados nos pontos seguintes só indirectamente poderá informar-nos sobre a posição do casal na paisagem. O objectivo dos escribas ao incluírem estes elementos na descrição dos casais, como na de qualquer outro bem fundiário, não foi nunca o de ilustrar a sua integração no espaço envolvente, mas antes o de os localizar⁵⁰. Neste sentido, só um estudo atento do sistema de localização em que tais dados se inserem poderá elucidar-nos acerca das possibilidades de os interpretarmos como indicadores dessa integração.

⁵⁰ Para mais, numa boa parte dos documentos em que se menciona casais, a referência aos elementos de integração físicos e construídos nem sequer é exclusiva do casal, mas antes diz respeito a um conjunto de bens relativamente próximos – normalmente não ultrapassando os limites de uma *villa* –, em que o casal se integra, para efeitos de transacção (uma *hereditas*, na maior parte dos casos) ou até a uma qualquer propriedade que lhe é próxima. O mesmo já não acontece com as referências a elementos confinantes, sempre específicas do casal que procuram localizar.

i) O protagonismo que os montes e os rios assumem enquanto elementos salientes na paisagem não os credita apenas como referentes espaciais de localização da unidade em estudo, ou de qualquer outra realidade territorial. Na sua qualidade de caracteres geográficos de primeira ordem, eles são também os principais agentes da integração do casal no espaço geográfico, condicionando, em boa medida, a sua implantação física⁵¹. A análise das referências a cada um destes elementos de integração físicos aparece assim como um caminho privilegiado para medirmos a amplitude dessa influência e, deste modo, definirmos a morfologia dominante da implantação do casal no território de Entre-Douro-e-Lima.

No seu conjunto, tais referências indiciam uma implantação preferencial a baixa altitude e nos vales dos rios, de forma a que estas unidades possam beneficiar de terras fundas e irrigadas. A partir do século XII, o padrão terá começado a mudar. Traduzindo uma ocupação cada vez mais densa do espaço, que força a utilização de referentes espaciais mais finos na localização dos bens transaccionados, a diminuição das referências documentais a estes elementos de integração ao longo desta centúria talvez possa ser entendida como um indício de que o padrão de implantação física do casal começa lentamente a alterar-se. Saturadas as terras fundas e irrigadas dos vales, terá sido neste século que a pressão demográfica característica de uma conjuntura de crescimento obrigou ao aproveitamento mais sistemático das vertentes, genericamente menos férteis e de mais difícil amanho. De facto, a evolução da distribuição geográfica do casal ao longo do século XII confirma a extensão para o interior montanhoso, iniciada já em finais do século XI, acompanhando a expansão senhorial e o avanço da “produção do território” nacional.

ii) Para além dos elementos físicos, este sistema de localização da propriedade integra ainda um conjunto de referentes espaciais resultantes de uma demarcação socialmente construída. Independentemente do grau de definição dos seus limites, que varia consoante o tipo de referente e a cronologia, estes outros elementos de integração, a que chamámos *construídos*, estruturam-se maioritariamente em torno da relação que um centro estabelece com o território que o rodeia. Relação hierárquica, portanto, que serve os propósitos de vertebração do povoamento, no caso da *villa* e dos topónimos em geral, ou de articulação político-militar e eclesiástica do território, no caso das terras/territórios e das circunscrições diocesanas, respectivamente. O facto de estas circunscrições serem normalmente designadas pelo nome do respectivo lugar central corrobora claramente a função de hierarquização territorial que, em diferentes níveis, todas elas desempenham.

⁵¹ Porque o mar não tem esta função integradora, mas apenas de localização, não nos parece que valha a pena analisar em detalhe as referências que lhe são feitas na documentação.

É certo que estes elementos de integração construídos partilham, na documentação, a mesma função locativa que atribuímos aos elementos físicos. Todavia, não se trata agora de situar um determinado bem fundiário em virtude da sua integração num território eminentemente físico, definido em função de elementos geográficos que se destacam na paisagem, mas antes de o localizar através da sua integração numa malha complexa que visa ordenar e articular o espaço; não todo o espaço mas apenas aquele que está ocupado, povoado. Assim se percebe que, sob a designação genérica de “elementos de integração construídos” se escondam referentes muito díspares, no que respeita aos propósitos de ordenação/articulação espacial que servem e, sobretudo, no que respeita à dimensão territorial que os caracteriza, ainda mais variável do que a dos elementos de integração físicos.

No total, foi possível identificar dez elementos de integração construídos: para além dos macro-referentes espaciais que enquadram uma parte importante dos casais (dioceses, *urbes*, Terras/Territórios) e de alguns micro-referentes, menos comuns (quintãs, herdades e o próprio casal, capaz de englobar unidades homónimas), os topónimos e sobretudo a *villa* destacam-se como as mais “activas” de todas as unidades de organização do espaço em que o casal aparece integrado⁵². Nesse marco territorial concreto que é a *villa*, foi possível identificar exemplos de casais implantados tanto no *intus*, isto é, o núcleo central correspondente ao sector habitacional, onde se integravam, para além dos edifícios religiosos, as casas de morada propriamente ditas, com as suas construções anexas e os espaços de cultivo intensivo que lhe eram próximos (cortinhas, hortas, pomares, linhares...), como no *foris*, que compreendia os espaços de aproveitamento agro-pecuário gradualmente diferenciados, em função da morfologia do terreno e da distância que os separava do núcleo central, desde as terras dedicadas ao cultivo da vinha, dos cereais e de forragens (*ager*), até aos espaços de bosque (*saltus*) e de monte propriamente dito (*mons*); e em muitos casos os diversos componentes do casal podiam mesmo distribuir-se por ambos os sectores.

As possibilidades de integração do casal na *villa* não se esgotam, contudo, na dicotomia *intus-foris*, como se a cada *villa* correspondesse necessariamente um único núcleo de povoamento. No caso das *villae* polinucleares, foi ainda possível identificar casais integrados tanto em núcleos de povoamento centrais como peri-

⁵² A *villa* aparece associada a 513 casais, quase metade do total de unidades identificadas (49,3%), e os topónimos a 334 casais (32,1% do total) (MARQUES, 2008: 158-159). A importância da *villa* como elemento de integração territorial do casal torna-se ainda mais evidente se tivermos em consideração que muitos dos topónimos *soltos*, a que os redactores dos documentos recorreram para localizar casais, deviam corresponder, senão a *villae*, designadas apenas pelo topónimo que as identifica, pelo menos a algum dos núcleos de povoamento que nelas se integravam. De facto, o número de casais associados a uma *villa* ou a um topónimo é muito significativo: 806 (77,5% do total de 1040).

féricos; podendo ainda o casal constituir *per se* uma célula autónoma. Por outro lado, os diversos componentes de um mesmo casal podem concentrar-se em apenas um destes espaços/núcleos ou dispersar-se por vários.

Todavia, como se deduz do que fica dito, o problema da integração do casal na *villa* não se coloca apenas em função da sua localização em núcleos de povoamento mais ou menos centrais ou em espaços de vocação habitacional ou produtiva (*ager*, *saltus* ou *mons*). Importa também considerar a possibilidade de o casal se implantar isoladamente, característica de uma localização estritamente marginal, ou, pelo contrário, de se integrar em espaços de habitação e/ou cultivo colectivos, como aconteceria quando se situava em estruturas mais ou menos importantes de povoamento⁵³. Nos casos em que a documentação utilize a palavra na acepção de unidade de povoamento e de exploração, congregando vários componentes, funcionalmente diferenciados, importa ainda atender a uma terceira variável: a morfologia da distribuição espacial destes componentes (concentrada ou dispersa por um ou vários espaços da *villa*). Consoante a combinação destas três variáveis, a implantação do casal no território da *villa* pode assumir formas muito diversas.

Mas, se atentarmos na distribuição cronológica dos casais associados a cada um destes elementos de integração, facilmente concluiremos que a *villa* funciona como o marco primordial de integração até meados do século XII, sendo depois substituída, nesse papel, pelos topónimos. Mercê da multiplicação de lugares habitados no seu interior e de uma ocupação cada vez mais densa do espaço, a *villa* parece tornar-se desajustada para localizar o casal⁵⁴. Por outro lado, num momento em que se difundem esquemas mais rigorosos de percepção espacial, os topónimos, mais finos, permitiam aos redactores dos documentos circunscrevê-lo a um espaço preciso. É por isso que, depois de apresentar valores pouco significativos até finais do século XI, o número de casais associados a topónimos cresce exponencialmente na centúria seguinte.

iii) Por último, os elementos confinantes com o casal, terceiro e último indicador analisado, testemunham a sua integração na paisagem à escala micro-local e confirmam as várias possibilidades de implantação que acabámos de enunciar. Ao mesmo tempo, enquanto as referências a confrontações remetem para a integração em espaços organizados colectivamente, *a contrario*, nos casos em que estas referências são inexistentes, ganha força a hipótese de uma implantação tendencialmente isolada.

⁵³ PORTELA & PALLARES, 1998: 33.

⁵⁴ Não significa isto que a *villa* desapareça da documentação como marco essencial de enquadramento; perde apenas proeminência. Para mais, esta evolução não parece verificar-se em regiões onde o povoamento tendia a ser mais concentrado do que no Entre-Douro-e-Minho, como acontecia a sul do Douro (DURAND, 1982: 360).

Os dados recolhidos são muito diversificados (foi possível identificar mais de 20 tipos diferentes de elementos confinantes, característicos de sectores distintos da paisagem rural) e dizem respeito a uma percentagem diminuta (19,1%) do total de casais recenseados, pelo que não permitem identificar uma morfologia dominante de integração na paisagem e no *habitat* rurais. Das várias possibilidades identificadas, destacaremos, pelas implicações que tem ao nível da estrutura do casal, quando entendido no sentido de unidade familiar de exploração, a oposição entre uma implantação isolada e independente, congregando num mesmo espaço funções residenciais e produtivas, e a integração em espaços de habitação e de cultivo colectivos, isto é, numa aldeia. Trata-se obviamente de duas possibilidades limite, e entre uma e outra poderíamos encontrar inúmeras variantes. Mas, do que ficou dito, ambas parecem ocorrer no Entre-Douro-e-Lima, durante os três séculos em estudo⁵⁵.

Em síntese, da análise da integração do casal na paisagem, encontrámos exemplos muito variados de casais localizados tanto em espaços de recorte habitacional como produtivo e em núcleos de povoamento centrais ou periféricos; implantados isoladamente ou integrados em espaços colectivos; e, finalmente, distribuídos contínua ou descontinuamente pelo território. Quando combinadas, estas três variáveis (localização, implantação e distribuição) multiplicam-se numa infinidade de possibilidades, sobre a qual importa projectar o significado exacto que, em cada caso, se atribui à palavra ‘casal’. Consoante o termo seja utilizado em sentido restrito, em sentido lato, ou até na acepção de pequeno povoado, estaremos perante um perfil específico de integração no espaço, que elimina algumas daquelas possibilidades.

Percebe-se, assim, a nossa dificuldade em traçar um padrão dominante de implantação que não seja muito genérico⁵⁶. Neste sentido, o que fica dito acerca da integração do casal na paisagem deve ser entendido, sobretudo, como um conjunto de possibilidades que permite enquadrar, do ponto de vista espacial, o estudo da estrutura interna do casal. Só esse estudo permitirá aprofundar o nosso conhecimento da morfologia desta unidade.

⁵⁵ PORTELA & PALLARES, 1998: 33-34, identificam também ambas as modalidades de implantação do casal nas *villae* galegas de Rabal e Bobadela.

⁵⁶ Mesmo num território cuja organização global do espaço é bem conhecida, como é a Gasconha, Benoît Cursente não deixa de chamar a atenção para as múltiplas possibilidades de integração do casal na paisagem rural (CURSENTE, 1998: 59).

ESTRUTURA

Conhecido o contexto espacial, atentemos então na estrutura interna destas unidades. Num primeiro momento, importará analisar os mais de 30 componentes do casal identificados, procurando classificá-los de acordo com o perfil funcional e a respectiva distribuição pelo espaço rural, para depois analisarmos a ponderação de cada um dos grupos e, sobretudo, as possibilidades de articulação e hierarquização dos diversos tipos de componentes, no quadro de uma mesma unidade. Estes mais de 30 componentes agrupam-se em quatro grandes categorias: os componentes residenciais (a *domus* e/ou *casa*, bem como os edifícios e terras de cultivo intensivo anexos, também incluídos nesta categoria); os componentes produtivos (de vocação agrícola, silvícola ou pastoril); os direitos de uso sobre espaços incultos e águas; e algumas formas concretas de propriedade que aparecem enquadradas em casais (quintãs, herdades, etc.).

Quadro 2. Componentes dos casais de Entre-Douro-e-Lima (906-1200): totais por século

Componente	N.º de casais				
	Séc. X	Séc. XI	Séc. XII	S.d.	Total
1 <i>Domus</i>	2	4	2	–	8
>1 <i>Domus</i>	1	–	11	–	12
1 Casa	1	5	2	–	8
>1 Casa	–	22	14	1	37
Edifícios	–	6	16	–	22
Árvores	–	4	7	1	12
Árvores de fruto	6	8	5	1	20
Pomar(es)	1	13	8	–	22
Cortinha(s)/cortinhal	–	3	–	1	4
Vinha(s)	–	14	30	2	46
Leira(s)	–	17	9	–	26
Campos	–	2	1	–	3
Plantação(ões)	–	5	5	–	10
Terras; talho(s); pedaço(s); terreno(s)	2	21	14	–	37
Várzea(s)	–	2	–	–	2
Pastos e pauis	–	6	–	–	6
Souto(s)	–	6	12	–	18
Devesa(s)	–	2	10	–	12

<i>Saltus</i>	1	2	2	–	5
Terras rotas e por romper	3	5	18	–	26
Entradas	–	10	24	1	35
Saída de monte	–	4	10	–	14
Montes e fontes	3	10	29	–	42
Águas	1	15	31	–	47
Assentamentos de moinhos	–	6	8	–	14
Moinho	–	1	1	–	2
Pesqueiras	–	1	3	–	4
Casal	–	4	6	–	10
Herdade(s)	–	10	30	1	41
Quintã(s)	–	1	3	–	4
Outros	2	8	22	–	32

Importa desde já notar que uma parte importante dos documentos nos dá uma visão fragmentária do casal: muitas vezes limitam-se a registar transacções de porções de casais; noutras referem-se a estas unidades apenas porque elas confrontam com outros bens fundiários que importa situar. Neste sentido, a informação recolhida, e a análise que dela podemos fazer, só muito raramente compreenderá *todos* os componentes de cada unidade, ou mesmo aqueles que pertencem a um casal no seu *todo*. Frequentemente, conhecemos apenas um ou outro componente que, para mais, pode integrar-se numa determinada porção da unidade.

Por outro lado, se analisarmos a variação da percentagem de casais com informação sobre componentes no conjunto das unidades recenseadas em cada século, facilmente concluiremos que, por detrás da tendência de crescimento absoluto, se esconde uma diminuição relativa das referências a componentes, na passagem do século XI para o XII⁵⁷. Além do mais, detectámos uma grande dispersão das referências identificadas, que acompanha a variedade de tipos documentados: o número máximo de casais em que se encontra um determinado componente é de apenas 47 (4,5% do total) (v. Quadro 2).

Acima de tudo, importa notar que a referência a componentes nos documentos é inversamente proporcional ao grau de definição morfológica do casal. À medida que avança o século XII e se difundem esquemas de percepção espacial e de semantização do real mais rigorosos, as considerações descritivas que servem

⁵⁷ Ao longo dos séculos X e XI, esta percentagem cifra-se nos 38%, caindo depois para os 16,5%, no século XII, numa tendência que se acentua ao longo desta centúria (20% na primeira metade e já 12,9% na segunda).

de glosa à palavra ‘casal’, explicitando a realidade subjacente, tornam-se cada vez mais raras na prosa notarial. Dispensando a referência detalhada ao seu conteúdo, o termo ‘casal’ parece ser, assim, suficiente para invocar uma realidade cada vez mais padronizada, que tanto os redactores como os contratantes dos documentos compreenderiam imediatamente.

Passemos então à análise dos diversos componentes identificados. A palavra ‘casal’ parece designar em primeiro lugar os componentes residenciais. Muitas vezes o próprio termo ‘casal’ englobaria, implicitamente, o conjunto dos elementos próximos da casa de morada⁵⁸. Este parece ser, aliás, o sentido primordial da palavra, cuja etimologia remete para “o que é relativo à casa”. Mas também na documentação do Entre-Douro-e-Lima o termo ocorre na acepção restrita de “casa rural e construções adjacentes” ou de “terreno apto a ser edificado”, podendo até aparecer, num mesmo documento, como sinónimo de ‘casa’. Aliás, segundo García de Cortázar, ao contrário da palavra ‘hereditas’, que sublinha os aspectos da sucessão patrimonial familiar, os diversos termos que, sobretudo a partir do século XI, designam unidades familiares de exploração na documentação peninsular (‘casal’, ‘solar’, ‘mas’) «aportan la idea sustancial de espacio concreto, de territorio preciso, de domicilio. Su primer valor es por ello, sin duda, el de casa. Pero, en seguida, adquiere otro complementario: el de unidad de explotación que une casa y campos de cultivo, a la medida de la pequeña célula conyugal»⁵⁹. Neste sentido, parece-nos plausível que, mesmo quando utilizavam a palavra ‘casal’ no sentido de unidade de exploração, os redactores dos documentos pudessem dispensar a referência explícita ao núcleo residencial. Possivelmente, só a fariam nos casos em que essa referência fosse estritamente necessária, por motivos de transacção ou outros⁶⁰.

São, no entanto, as menções a elementos constituintes de índole económica as que assumem especial relevância, ao longo de todo o período em análise. Incluem-se aqui tanto os componentes produtivos (de vocação agrícola, silvícola ou pastoril) como os direitos de uso sobre espaços incultos e águas. No caso dos primeiros, por vezes a terminologia distingue-os, em função da sua dedicação (pomares, vinhas, pastos, soutos), dimensões/configuração (leiras, talhos, pedaços...) ou dos caracteres físicos – posição, solo e coberto vegetal – que os caracterizam (várzeas,

⁵⁸ O mesmo acontece na documentação leonesa com o termo ‘solar’, sobretudo no século XII (AYALA MARTÍNEZ, 1994: 313).

⁵⁹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 53.

⁶⁰ Explica-se assim que, no conjunto dos 226 casais para os quais dispomos de informação sobre um qualquer componente, apenas 70 (31%) comportem um elemento habitacional. Este valor, que não ultrapassa os 6,7% do total de unidades identificadas, deve estar longe de traduzir uma realidade que seria, certamente, bem mais frequente. Note-se que a referência à habitação está subentendida nos 38 casais designados como recurso a expressões do tipo «in quo moratur/habitat/sedet...» ou «edificado por...», e pode ainda estar implícita nos casais identificados por um elemento antropónimo.

pauis, *saltus*). Outras vezes, porém, ficamos apenas a saber que se trata de espaços agricultados (campos, plantações), de terras com uma vocação pastoril e/ou silvícola (pastos, pauis, soutos e devesas) ou mesmo incultos («*terras ruptas vel barbaras*») (v. Quadro 2).

Como não poderia, aliás, deixar de acontecer, num quadro em que a exploração económica tendia para a auto-suficiência e a criação de gado desempenhava um papel crucial, ao casal pertencia também um conjunto variado de direitos de utilização dos espaços incultos (de usufruição comum), onde os camponeses só raramente deteriam algum tipo de propriedade⁶¹. De facto, o aproveitamento dos incultos constitui um elemento essencial em qualquer exploração agrícola, uma vez que deles se extraía a madeira utilizada nas construções e no fabrico de utensílios, a lenha, fonte essencial de energia, os matos utilizados nas camas do gado e na fertilização da terra, bem como os frutos silvestres e a caça destinados à alimentação. Introduce-se assim uma terceira categoria de componentes do casal, na qual integramos os direitos genéricos de utilização dos montes, das águas e dos moinhos e pesqueiras que nelas se instalavam. Embora a distinção não seja líquida, estes direitos parecem caracterizar-se por uma maior indefinição, face aos direitos de exploração que o casal exercia sobre os espaços do *saltus*, igualmente incultos mas menos agrestes e, por vezes, apropriados individualmente. Parecem, aliás, corresponder a formas de aproveitamento ainda menos intensivas do que aquelas que se desenvolvem nestes outros espaços, que incluímos no grupo dos componentes produtivos. Tratar-se-ia portanto de direitos de *uso*, mais do que de exploração.

A partir de meados do século XII, sobretudo, os direitos de uso sobre espaços incultos tornam-se mais frequentes na documentação do que os espaços de cultivo e alguns outros de aproveitamento silvo-pastoril integrados no *saltus*, claro sinal da pressão demográfica, do esgotamento dos espaços de cultivo tradicionais, do movimento de ocupação de novas terras e do avanço da senhoriação, que caracterizam o período. Note-se ainda que a preocupação com o registo documental dos direitos do casal sobre os incultos (cada vez mais designados pela expressão «*montes et fontes*») pode não traduzir apenas o interesse crescente dos senhores sobre estes espaços de aproveitamento colectivo, mas também o esforço dos pequenos proprietários livres para reivindicar, por escrito, direitos que temiam ver alienados⁶².

⁶¹ RÍOS RODRÍGUEZ, 1990: 115. O mesmo acontecia com os casais do domínio de Alcobaça, nos séculos XIV e XV (GONÇALVES, 1989: 175).

⁶² Carlos Ayala identifica também, na documentação leonesa, a tendência para uma descrição cada vez mais pormenorizada destes direitos de aproveitamento colectivo, sobretudo depois de 1150. O autor coloca mesmo a hipótese de que essa tendência possa interpretar-se como um indício senão da privatização pelo menos da individualização do usufruto de tais espaços (AYALA MARTÍNEZ, 1994: 247-248).

Entre as múltiplas possibilidades de combinação destes vários grupos de componentes, no quadro de um mesmo casal, a mais frequente é a que reúne componentes residenciais e produtivos. Este facto, aliado à importância crescente dos direitos de uso, corrobora o sentido alargado de unidade familiar de povoamento e de exploração, ainda que se verifique a distinção entre o “casal-núcleo” (correspondente à parcela que delimita e integra a casa de morada) e o “casal-conjunto” (que engloba esta célula residencial mais as terras de cultivo e os direitos de exploração que lhe pertencem). Todavia, mesmo nos casos em que o termo ‘casal’ designe apenas esse núcleo, ele implica normalmente um conjunto de terras e direitos capazes de assegurar o rendimento dos seus titulares. É claro que a casa desempenha um papel vital na articulação do conjunto, cuja viabilidade assenta precisamente na interdependência entre os vários tipos de componentes e entre as várias formas de exploração económica que convergem nestas unidades. Contudo, o funcionamento da estrutura está longe de ser linear. Aliás, é sabido como as explorações camponesas podem oscilar entre o “agrupamento temporário de parcelas”, que confere ao núcleo central uma proeminência/permanência indiscutíveis, e o “conjunto indissociável”⁶³.

A partir da nossa análise, tornou-se ainda clara a integração do casal no espaço físico e social da aldeia, de que constitui uma fracção *orgânica*. Do ponto de vista espacial, a sua estrutura reflecte a tripartição deste território, também ele dividido em lugares de residência, espaços de cultivo e espaços incultos. Não esqueçamos, aliás, que as unidades familiares de exploração assumiram um papel essencial no processo de territorialização e no fortalecimento da dimensão económica das aldeias, sobretudo a partir do século XII⁶⁴. Por outro lado, a associação patrimonial entre alguns casais e porções da igreja local é sintomática da sua condição de unidade familiar de povoamento integrada no espaço social da aldeia, isto é, num âmbito local de relação entre os homens, que a historiografia designa por “comunidade de aldeia”.

FRAGMENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO

Este problema da articulação dos vários componentes poderá ser aprofundado através do estudo da fragmentação e das delimitações do casal. A análise dos casais fragmentados permitirá avaliar com maior rigor o grau de coesão interna destas unidades; o estudo das delimitações ajudará a perceber as formas concretas de distribuição e de articulação espacial dos seus componentes. Não espanta que, num território densamente ocupado e repartido, como é o Entre-Douro-e-Lima, o casal se caracterize pela dupla tendência para a fragmentação e recomposição, fruto de

⁶³ DURAND, 1982: 339.

⁶⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 82 e ss.

repartições hereditárias, alienações/aquisições e concessões muito frequentes. Para mais, a fragmentação constitui, nesta região, um fenómeno precoce, que remonta ao século X, e afecta todos os tipos de componentes, e não apenas os produtivos, como faria supor o tradicional pressuposto da indivisibilidade da casa.

Contudo, verifica-se simultaneamente uma certa contenção na fragmentação do casal e uma preocupação em quantificá-la com rigor. Muitas vezes, os documentos aludem a mais do que um tipo de componentes fragmentados, o que deixa entrever a possibilidade de o casal ser repartido na totalidade do seu património. Denunciando a coesão interna destas unidades e a complementaridade entre os seus vários elementos, estes indícios levam a admitir que frequentemente a fragmentação seria mais formal do que real. Isto é, limitados os seus efeitos à esfera da propriedade, o casal permaneceria enquanto célula de habitação, de produção e, sobretudo, de exacção fiscal. Além do mais, a diminuição da percentagem de casais fragmentados, já no século XII, permite-nos ainda colocar a hipótese de que o processo de apropriação senhorial da pequena propriedade livre, com a consequente concentração, tenha começado mais cedo no Entre-Douro-e-Lima do que nas regiões mais setentrionais do Noroeste peninsular⁶⁵.

Sublinhar a complementaridade entre os diversos componentes do casal e a organicidade destas unidades de povoamento e exploração não implica, de modo algum, afirmar uma qualquer coesão *perfeita* e necessária. Naturalmente, o arquétipo que acabámos de descrever não passa disso mesmo: um *tipo* claramente dominante mas não hegemónico. É certo que permite identificar a maior parte das unidades recenseadas; todavia, no confronto com as circunstâncias próprias de cada uma, este arquétipo reveste-se necessariamente de inúmeros matizes.

CONCLUSÃO

Por mais do que uma vez, ao longo deste trabalho, foi sublinhado o facto de o termo ‘casal’ designar uma realidade cada vez mais padronizada, a partir do século XII, correspondendo como que a um *arquétipo*, ao qual os redactores dos documentos aludiriam implicitamente sempre que utilizavam o vocábulo sem qualquer precisão descritiva. Ainda que tenhamos procurado não condicionar *a priori* o sentido que o termo assume na documentação estudada, a imagem dominante (esse *arquétipo*) que ressalta da descrição dos diferentes componentes do casal é, indubitavelmente, a da unidade familiar de povoamento e de exploração. Aliás, mesmo os significados

⁶⁵ Note-se, contudo, que só na segunda metade do século XII encontrámos, na nossa documentação, alguns indícios do processo de concentração dos bens de um casal (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 707, 769 e 771) ou mesmo de vários casais (Apêndice I, n.º 705-706).

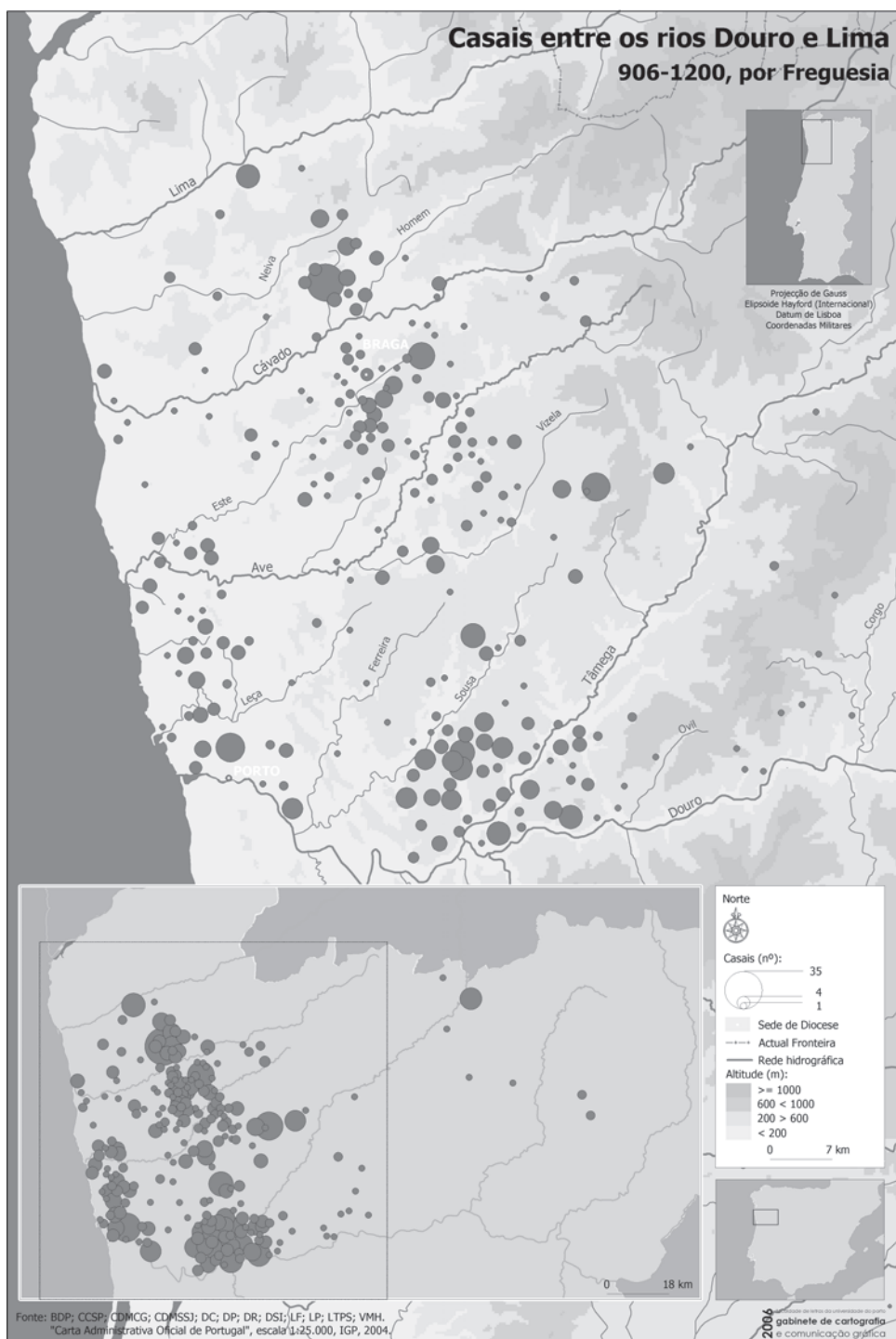
mais restritos da palavra, associados a unidades ora residenciais ora fundiárias, se aproximavam desta realidade, quando usados em sentido metonímico.

O decréscimo, em termos relativos, das menções a elementos confinantes e a componentes de casais, ao longo do século XII, corrobora esta ideia de uma “desmaterialização”, ao nível da imagem que os textos transmitem destas células de povoamento e de exploração, fruto de dois factores maiores: por um lado, as transformações registadas ao nível do discurso notarial e dos recursos textuais utilizados pelos redactores dos documentos na descrição da propriedade, cada vez mais esquemáticos e abstractos; por outro, o processo de apropriação senhorial das unidades familiares de exploração, de que resultou a valorização crescente da sua dimensão fiscal. Assiste-se assim à progressiva conversão das descrições pormenorizadas (ainda que formulares), que caracterizam a prosa “notarial” da Alta Idade Média, em meras referências à palavra ‘casal’, desprovidas de qualquer tipo de concretização, que não seja a identificação toponímica ou antroponímica da unidade. Torna-se por isso claro que o dito *arquétipo* estivesse cada vez mais presente na representação que os senhores e os redactores dos diplomas foram construindo dessa realidade.

Todavia, as alterações introduzidas (ou em alguns casos apenas *aceleradas*) ao longo do século XII não se limitam ao domínio do discurso, das representações implícitas na palavra ‘casal’. Pelo contrário, é a própria *materialidade* do casal que evolui no sentido da afirmação crescente de uma morfologia compósita, capaz de articular componentes produtivos muito diversos em torno de um núcleo residencial, forçando assim a alteração dos “modos de expressão” documental. Na raiz, esta evolução parece responder a factores de ordem ecológica, como sejam a fragmentação e a densidade que caracterizam a paisagem minhota. Mas num segundo nível de explicação, já conjuntural, é inegável que as transformações verificadas resultam de uma necessidade crescente, por parte dos senhores, de forjar instrumentos mais eficazes de gestão dos recursos e de enquadramento dos homens sob o seu domínio. Não é de estranhar que o século em que a senhorialização avançou de forma mais decidida, nesta região, seja aquele em que a morfologia do casal registou maiores transformações.

O ciclo explicativo a que aludi no início fechar-se-á se tivermos em mente que a morfologia do casal não é um mero produto das condições que lhe impôs a senhorialização. Pelo contrário, ancorada em factores ecológicos, favoreceu uma estrutura da propriedade também ela fragmentada, que ajuda a explicar a escassez de grandes domínios territorialmente contínuos nesta região, e influenciou deste modo o próprio exercício do poder senhorial. Percebe-se assim como a evolução da morfologia do casal põe bem em relevo as múltiplas transferências, de duplo sentido, que se verificam entre a base material da paisagem e os diversos modelos que o homem giza para a organizar.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES:
A MORFOLOGIA DO CASAL ENTRE OS TEXTOS E AS MATERIALIDADES



FONTES IMPRESSAS

- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. III. Ed. por Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961.
- Liber fidei sanctae bracaraensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.
- LIRA, Sérgio (2001) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira* – Vol. II (Colecção Documental). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Livro dos testamentos do mosteiro de Paço de Sousa* (ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa; apresentação de José Mattoso. Bracara Augusta. XXIV/57-58 (69-70) (1970) 138-283).
- RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva (1991) – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães* (ca. 950-1250). Volume II: “Colecção Documental”. Porto: edição policopiada.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. I. Porto: Ed. policopiada. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Ed. Policopiada. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à FLUP.
- ARNOLD, John H. (2008) – *What is Medieval History?* Cambridge: Polity Press.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1994) – *Relaciones de propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de la producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)*. In *El Reino de León en la Alta Edad Media*. VI. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»; Caja España de Inversiones; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Histórico Diocesano, p. 133-408.
- BAKER, Alan R. H. (2003) – *Geography and History. Bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARCELÓ, Miquel (1988) – *La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural*. In BARCELÓ, M. (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, p. 195-274.
- BARRIOS GARCÍA, Ángel & MARTÍN VISO, Iñaki (2000-2001) – *Reflexiones sobre el poblamiento rural altomedieval en el Norte de la Península Ibérica*. «Studia Historica – Historia Medieval». 18-19 (2000-2001) 53-83.
- BARROCA, Mário (2003) – *Armamento Medieval*. In MATTOSO, José, coord; BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 122-147.

- BEATTIE, Cordelia & MASLAKOVIC, Anna (2003) – *Introduction – Locating the Household: Public, Private, and the Social Construction of Gender and Space*. In BEATTIE, Cordelia Beattie; MASLAKOVIC, Anna; JONES, Sarah Rees, eds. – *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850-C.1550. Managing Power, Wealth, and the Body*. Turnhout: Brepols, p. 1-8.
- BOUHIER, Abel (1979) – *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. La Roche-sur-Yon: Imprimerie Yonnaise. 2 vols.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989) – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: INCM. 2 vols.
- CURSENTE, Benoît (1998) – *Des Maisons et des hommes. Essai sur la Gascogne médiévale*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- DAVIES, Wendy (2006) – *Introduction*. In DAVIES, Wendy; HALSALL, Guy; REYNOLDS, Andrew, eds. – *People and Space in the Middle Ages, 300-1300*. Turnhout: Brepols, p. 1-12.
- DÍEZ HERRERA, Carmen (1993) – *El “Valle” – Unidad de Organización Social del Espacio en la Edad Media*. «Estudios Medievais». 10 (1993) 3-32.
- DURAND, Robert (1982) – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: FCG – Centro Cultural Português.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) – *Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação*. «Portvgália». Nova Série. XXVI (2005) 149-173.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, A. & LÓPEZ QUIROGA, Jorge (1999) – *El poblamiento rural en el Norte de la Península Ibérica (ss. V-X): continuidades, rupturas, transformaciones*. «Historia Agraria». 17 (1999) 221-228.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1989) – *Percepción y Organización Social del Espacio en la Castilla del Siglo XII*. «Finisterra». XXIV/47 (1989) 5-37.
- (1990) – *La sociedad rural en la España medieval*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1990, 2ª ed.
- (1998) – *Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII. Una revisión historiográfica*. In HIDALGO, M.^a José; PÉREZ. Dionisio; GERVÁS, J. R., eds. – «Romanización» y «Reconquista» en la Península Ibérica: Nuevas Perspectivas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 317-337.
- (1999) – *Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, ed. – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, p. 15-48.
- (2004) – *Sociedad y organización del espacio en la España Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004.
- GONÇALVES, Iria (1981) – *Da estrutura do Casal nos fins da Idade Média*. «História & Crítica». 7 (Março de 1981) 60-72.
- (1989) – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo (2008) – *La cultura material en la Edad Media. Perspectiva desde la arqueología*. Granada: Universidad de Granada, Universidad de Castilla-La Mancha.
- LARREA, Juan José (1998) – *La Navarre du IV^e au XII^e siècle. Peuplement et société*. Bruxelles: DeBoeck.

- LENZI, Mauro (2004) – *Per la Storia dei Casalia del Territorio Romano nell'Alto Medioevo. Note di Lavoro*. In CAROCCI, Sandro & Venditelli, Marco – *L'origine della Campagna Romana. Casali, castelli e villaggi nel XII e XIII secolo*. Con saggi di Daniela Esposito, Mauro Lenzi e Susana Passigli. Roma: Società Romana di Storia Patria, p. 305-324.
- LLURÓ, Josep Maria (1988) – *Nuevas tendencias en arqueología y la historia del feudalismo*. In BARCELÓ, M. (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, p. 53-72.
- LOURENÇO, Sandra (2007) – *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 257p. (Trabalhos de Arqueologia, 50).
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia, A Coruña: Editorial Toxosoutos.
- (2009) – *Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhoriação do Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. In GONÇALVES, Iria Gonçalves, coord. – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*. IV. *Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos de Históricos – Universidade Nova de Lisboa, p. 166-207.
- MATTOSO, José (1992) – *Portugal no Reino Asturiano-Leonês*. In MATTOSO, José, coord. – *Antes de Portugal*. Vol I de *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 438-565.
- (2001) – *Identificação de um País. Oposição*. “*Obras Completas de José Mattoso*”. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – *Portugal, o Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2.^a ed.
- PORTELA, Ermelindo & PALLARES, M.^a Carmen (1998) – *La villa, por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI*. «*Studia Historica – Historia Medieval*». 16 (1998) 13-43.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Iniciação em Geografia Humana*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- (2003) – «Meio século de estudos geográficos». In RIBEIRO, Orlando – *Memórias de um Geógrafo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 31-141.
- RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz (1990) – *El casal medieval gallego: contribución al estudio de una unidad de poblamiento y explotación (siglos XI a XIII)*. In *Galicia en la Edad Media – Actas del Coloquio de Santiago de Compostela – La Coruña – Pontevedra – Vigo – Betanzos 13-17 Julio 1987*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, p. 109-128.
- SAMPAIO, Alberto (s.d.) – *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. I: *As Vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega, Prefácio de Maria José Lagos Trindade. 2.^a ed.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983) – *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. «*Estudos Contemporâneos*». 5 (1983) 9-115.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto: Ed. Policopiada. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP.
- TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 156p. (Trabalhos de Arqueologia, 47).
- TORRE, Angelo (2008) – *Un «tournant spatial» en histoire ? Paysages, regards, ressources*. «*Annales. Histoire, Sciences Sociales*». 63 (5) (Set.-Out. 2008) 1127-1144.
- TOUBERT, Pierre (1973) – *Les Structures du Latium Médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle*. Roma: École Française de Rome, 2 vols.

- VARELA SIEIRO, Xaime (2005) – Casal en la documentación altomedieval de Galicia: aproximación lexicográfica. Separata de *Actas do IV Congreso Internacional de Latim Medieval Hispânico (Lisboa 12-15 de Outubro de 2005)*, p. 921-928.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004) – *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia, 226p. (Trabalhos de Arqueologia, 36).
- WICKHAM, Chris (1988) – *The Mountains and the City: The Tuscan Appennines in the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press.
- WOLFF, Keneth (2003) – *Porquê ler Marx hoje?* Lisboa: Edições Cotovia.
- ZIMMERMANN, Michel (1989-1990) – *Glose, tautologie ou inventaire? L'énumération descriptive dans la documentation catalane du X^{ème} au XII^{ème} siècle*. «Cahiers de Linguistique hispanique médiévale». 14-15 (1989-1990) 309-338.

